



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE DIREITO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

ANDRÉ FELIPE AFONSO LEITE

O DANO CAUSADO EM VIRTUDE DA CIRCULAÇÃO DE NOTÍCIAS FALSAS

**BRASÍLIA - DF
2018**

ANDRÉ FELIPE AFONSO LEITE

**O DANO CAUSADO EM VIRTUDE DA CIRCULAÇÃO DE
NOTÍCIAS FALSAS**

Monografia apresentada à Faculdade de
Direito, da Universidade de Brasília - UnB,
como requisito parcial para a obtenção do
grau de Bacharel em Direito.

Orientadora: Professora Mestra Débora
Jacintho de Faria

**BRASÍLIA - DF
2018**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Monografia de Graduação de autoria de André Felipe Afonso Leite, intitulada “o dano causados em virtude da circulação de notícias falsas”, apresentado como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharel em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, em 10 de julho de 2018, defendida e aprovada pela Banca Examinadora:

Professor Mestra Débora Jacintho de Faria
Orientadora
Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – FD-UnB

Professora Mestra Cecília Siqueira Cordeiro
Programa de Pós-Graduação em História - PPGHIS-UnB

Professor Mestre Bruno Rangel
Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – FD-UnB

AGRADECIMENTOS

À minha família, aos meus pais e à minha irmã, por me apoiarem e me darem amor e todas condições de vida que me permitiram chegar a este ponto;

Aos meus amigos, que me ajudaram a segurar a barra e manter a sanidade ao longo desses anos e esses últimos meses que pareceram anos;

Aos meus professores, sem a maioria deles eu não teria chegado onde cheguei;

Aos membros de minha banca, Bruno Rangel, que prontamente aceitou me avaliar novamente depois de minha excelente experiência tendo ele como mestre, e Cecília Siqueira;

E principalmente à minha orientadora, Débora Jacintho, que também se encaixa no segundo parágrafo, por me ajudar nessa dura estrada e ser mais paciente do que eu mereço.

Obrigado!

RESUMO

Este trabalho explora o que vem a ser as notícias falsas no âmbito da responsabilidade civil. Pretende-se expor o entendimento geral do assunto no direito e instigar a discussão sobre como evitar esse problema pelo mundo. Trata-se do âmbito civil do assunto enquanto puxa alguns tópicos do direito eleitoral e do direito penal.

Palavras-chave: Direito Civil; Responsabilidade civil subjetiva; Responsabilidade civil objetiva; Dano Moral; Notícias falsas; Indenização.

ABSTRACT

This present work explores what comes to be Fake News in the means of civil responsibility. It is intended to give the general understanding of the subject in the scheme of Law and instigate the discussion on how to avoid this problem throughout the world. It uses the notions of Civil Law while also talking about Election Law and Penal Law.

Keywords: Civil Law; Subjective Civil Responsibility; Objective Civil Responsibility; Moral Injury; Fake News; indemnity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
Capítulo 1: As Notícias Falsas	8
1.1 Notícias Falsas ao longo da História	11
Capítulo 2: A Responsabilidade Civil	13
2.1 Ação ou Omissão	16
2.1.1 A Culpa	16
2.2 O Dano	17
2.2.1 O Dano Moral	17
2.2.2 O Dano Moral no Brasil	19
2.2.3 O Dano Moral Direto e Indireto	21
2.2.4 Danos morais contra pessoa jurídica	22
2.2.5 A prova no dano moral	23
2.3 Nexo Causal	24
2.4 O Risco	25
2.5 Responsabilidade contratual e extracontratual	26
Capítulo 3: O Dano Causado pela Circulação de Notícias Falsas	28
3.1 Previsão Legal	31
3.2 O Entendimento da Jurisprudência	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	40

INTRODUÇÃO

Uma das grandes forças que move as civilizações é o poder da inovação; desde a agricultura e a roda, para a escrita e o direito, a civilização humana foi caminhando primeiro devagar e então a passos largos para novas e incríveis invenções. Uma das invenções mais importantes da história foi sem sombra de dúvidas a imprensa. A imprensa tornou acessível e rápido à população informações que até então eram passadas de boca a boca e sofriam incontáveis distorções, ao longo do extenso tempo que levava para se espalhar.

Essa facilidade não veio sem seus defeitos e, do jornal para o rádio, do rádio para a televisão e da televisão para a internet, cada vez mais ficou acessível ao público a manipulação de notícias para benefício próprio.

A recente proliferação de notícias falsas tem instigado ira e condenação a editoras tradicionais de notícias e verificadores de fatos ao redor do mundo. Muitos acreditam que notícias falsas diminuem a credibilidade das mídias sócias e da democracia em si. Outros acreditam que publicações de notícias falsas exploram antieticamente os chamados “*filter bubbles*” ou “*echo chambers*” das mídias sociais, os pequenos espaços em que o internauta comum obtém suas notícias no dia-a-dia.

Este trabalho tem como objetivo explorar o que vem a ser notícias falsas, a responsabilização civil delas e o entendimento jurídico atual do assunto nos tópicos a seguir.

CAPÍTULO 1: AS NOTÍCIAS FALSAS

Antes de definir do que se trata notícias falsas, é importante analisar um exemplo de notícia falsa e de como os seus editores operam. Durante a recente disputa eleitoral norte-americana em 2016, diversas notícias falsas circularam. No entanto uma das que mais se destacou foi aquela conhecida como “*Pizzagate*”, na qual uma editora de notícias falsas na Macedônia publicou uma teoria da conspiração acusando a ex-primeira-dama, então secretária de Estado e candidata à Presidência, Hilary Clinton, além de outras figuras políticas, de estar coordenando um esquema de tráfico de crianças diretamente de uma pizzeria em Washington D.C., chamada Comet Ping Pong.

Essa foi uma das notícias mais veiculadas pelo *Facebook* nessa época e os *links* direcionavam os leitores direto a *web-sites* com o propósito único de gerar renda por via de propagandas. A notícia ficou tão popular que um homem dirigiu desde a Carolina do Norte até Washington D.C. e abriu a tiros de fuzil, de assalto, as portas trancadas da pizzeria Comet Ping Pong, cuja existência não havia sido fabricada, ao contrário do resto da notícia, e foi preso em seguida pelos seus atos de “justiceiro” (SILVERMAN, 2016).

Como se pode ver pelo exemplo acima, o pilar da publicação de notícias falsas, também conhecidas como *fake news*, é a ausência de veracidade; a principal afirmação ou fato apresentado por uma notícia falsa deve ser *intencionalmente* ou *conhecidamente* falso. Dessa forma, as notícias falsas são intencionalmente ou conhecidamente falsas por princípio; os editores de notícias falsas não acreditam de maneira razoável que o conteúdo de suas publicações seja verdadeiro.

Partindo dessa definição, publicações negligentes ou imprudentes, inclusive publicações simplesmente erradas, apesar de poderem ser objeto de reparações, não caem na definição de *fake news*, e não serão discutidas a fundo neste trabalho.

A definição que será adotada neste artigo para notícia falsa será a de publicação intencional ou sabida de fatos falsos. Algumas fontes também estendem essa definição para excluir editores conhecidos de notícias satíricas como o “*Onion*”, norte-americano, ou o popular “*Sensacionalista*”, aqui no Brasil. Sátiras e paródias óbvias costumam ter proteção legal no que diz respeito ao direito à liberdade de

expressão; entretanto essa análise funciona melhor no caso a caso do que em uma definição absoluta.

É importante, também, diferenciar *fake news* de uma prática recente entre figuras públicas de usar o termo em questão para descrever publicações de editoras tradicionais de notícias que eles não gostam ou acham desfavoráveis. Um exemplo disso é da própria administração do presidente estadunidense Donald Trump, desde a posse em janeiro de 2017, repudiando publicações repletas de provas de editoras como “ABC”, “*BuzzFeed*”, “CBS”, “CNN”, “MSNBC”, “NBC”, “*The New York Times*” e “*The Washington Post*” as declarando *fake news*.¹ No entanto, publicações das editoras tradicionais de mídia não caem na definição supracitada de notícia falsa pois suas publicações não são intencionalmente ou conhecidamente falsas, ainda que errôneas. Numa troca de papéis, uma editora de jornais no Colorado entrou com uma ação contra um senador que repetidamente descreveu o jornal como *fake news* (BIRKELAND, 2017).

Da mesma forma, tem-se no informativo nº 0524 de 28 de agosto de 2013 do Superior Tribunal de Justiça², na parte da Terceira turma, uma jurisprudência do tribunal no sentido de ser necessária a prova de que o divulgador da notícia conhecia ou poderia conhecer da falsidade da informação propagada:

Deve-se observar que a responsabilidade da imprensa pelas informações por ela veiculadas é de caráter subjetivo, não se cogitando da aplicação da teoria do risco ou da responsabilidade objetiva. Assim, para a responsabilização da imprensa pelos fatos por ela reportados, não basta a divulgação de informação falsa, exige-se prova de que o agente divulgador conhecia ou poderia conhecer a falsidade da informação propalada, o que configuraria abuso do direito de informação.³

¹ Disponível em Donald J. Trump, *Twitter*, <http://bit.ly/trumpfakenews> . acesso em 1º de Julho de 2018)

²

Disponível em

<https://ww2.stj.jus.br/jurisprudencia/externo/informativo/?acao=pesquisarumaedicao&livre=@cod=%270524%27>. Acesso em: 02 jul. 2018.

³ REsp 1.297.567-RJ, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 28/5/2013.

Em nossa sociedade crescentemente globalizada, a internet tem se tornado cada vez mais uma ferramenta essencial em nossa vida em sociedade, facilitando a comunicação dos indivíduos em tempo real; esse crescimento, juntamente com as redes sociais, vem causando forte impacto nas relações humanas e, como consequência, também nas relações jurídicas.

Esse fenômeno ocorre pois incontáveis pessoas no mundo se utilizam das redes sociais para trabalho, lazer, estudos e muitas outras incontáveis ações que esse meio possibilita. Essa utilização das redes sociais não vem sem seus defeitos, como podemos evidenciar pelas práticas listadas acima – nem esses defeitos são completamente novos, como veremos a frente – o que resulta no uso de maneira irresponsável e muitas vezes maldoso por parte de alguns usuários.

O resultado dessa utilização das mídias virtuais para fins vis vem causando danos à privacidade, à honra, ao nome e à imagem das pessoas, ocorrendo de maneira exponencial desde a popularização da internet, que facilita a disseminação de informações; e a facilidade para a criação de contas, páginas, postagens e uso contribui para a exposição injustificada de terceiros.

Desse modo, essa prática por nós descrita como notícias falsas, as *fake news*, causam graves danos aos indivíduos, violando direitos básicos previstos na Constituição Federal, mais especificamente no artigo 5º, inciso X, que estabelece:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

[...]. (BRASIL, 1988).

Isto posto, quando o uso da internet gera uma conduta ilícita, especificamente se tratando da divulgação de notícias falsas, no nosso trabalho, essa conduta irá gerar dano a alguém, havendo necessidade de reparação, o que fica a cargo da responsabilidade civil, instrumento que será melhor trabalhado no próximo capítulo deste trabalho.

1.1 NOTÍCIAS FALSAS AO LONGO DA HISTÓRIA

Apesar de *fake news* ser um tópico de extrema relevância na atualidade devido à prevalência das redes sociais na vida da população, esse fenômeno está longe de ser novidade, tendo suas origens desde o começo da imprensa em meados do século XVIII.

Durante os Levantes Jacobitas na Grã-Bretanha, editoras sediciosas publicaram diversas notícias falsas na tentativa de desestabilizar o governo, chegando até a afirmar que o rei George II estava doente. Essas afirmações foram conhecidas por editoras mais respeitáveis e, de boa-fé, sendo em seguida republicadas, tornando difícil distinguir verdade de ficção. O efeito dessa notícia foi tão intenso que o Procurador-Geral Dudley Ryder respondeu em carta:

As the publication of such false news of his Majesty, has a tendency to disquiet the minds of his subjects, hurt public credit, and diminish the regard and duty which they owe him, I think the doing it with such views is an offence punishable at Common Law, and for which an Indictment or Information can lye [sic]. And the frequency of such publications is evidence of such wicked designs. But as every false report of this kind which may arise from mistake only cannot be charged as a crime, so it is very difficult to say how often it must be repeated in the paper to make it criminal... I don't know any method to prevent this practice but by prosecuting the offenders when they are guilty.⁴

Desde então, já havia dúvidas sobre os métodos a serem usados para impedir e processar os publicadores de notícias falsas, o que certamente ainda não ficou completamente elucidado hoje.

Em maio de 1803, enquanto o Reino Unido se preparava para terminar o Tratado de Amiens e declarar guerra contra a França, uma carta foi entregue diretamente a Sir Charles Price, prefeito de Londres. Supostamente escrita por Lorde Hawkesbury e selada com seu selo pessoal, a carta afirmava que os desentendimentos com a França foram acertados de maneira amigável. Acreditando que a guerra seria evitada, o prefeito levou a carta à bolsa de valores para compartilhar as boas notícias, o que fez com que as ações aumentassem em 5%.

⁴ The English Press in the Eighteenth Century - Routledge Revivals. Google Books. 2010.

Enquanto isso, suspeitas sobre a validade da carta foram surgindo e investigações foram feitas; quando foi determinado que a carta era de fato forjada, o Tesouro enviou um comunicado de imprensa aos editores de Londres no jornal da tarde afirmando:

I have to acquaint you, that the message which was supposed to have been sent this morning from Lord Hawkesbury to the Lord Mayor stating that the Negotiations with France had terminated amicably, was a fabrication, and totally destitute of truth. I am, Sir, your most obedient humble Servant, John Sargent.⁵

A essa altura já era tarde demais; ações haviam sido compradas e vendidas a taxas inflacionadas e o Comitê da Bolsa de Valores pediu relatórios dos corretores para determinar quem pôde ter lucrado com a carta fraudulenta. Todas as tentativas para identificar o forjador da carta falharam, no entanto.

Na primavera de 1917, enquanto a Primeira Guerra Mundial devastava a Europa, o *Times* e o *Daily Mail* em Londres publicaram relatos de “fontes anônimas” que afirmavam ter visitado uma “fábrica de ‘Kadaver’”, chamada “*Kadaververwertungsanstalt*” na Alemanha, que supostamente extraía glicerina dos cadáveres da guerra para fazer sabão e margarina. Agora, com o conhecimento posterior da guerra, essa história foi atribuída ao MI7, que contratou 13 oficiais e 25 escritores para espalhar essa história pelos jornais ingleses.

Essa notícia falsa foi apenas uma das milhares divulgadas por ambos os lados durante a Primeira Guerra Mundial; como exemplo da máquina de propaganda alemã tem-se o relato do Ministro de Guerra francês, em 1914, que afirmou que os alemães na região da Alsácia-Lorena estavam publicando notícias de que o Parlamento Francês teria votado contra a guerra e que o Presidente havia sido assassinado.

Esses exemplos apresentados servem para mostrar o quão antigo é esse problema que enfrentamos, as notícias falsas, e, em conjunto com o estudo de conceitos da responsabilidade civil, espera-se que o diálogo sobre o assunto se torne ainda mais proeminente e possamos uma vez por todas conspurcar esse flagelo de nossas interações sociais.

⁵ Bell's Weekly Messenger – 8 de maio de 1803.

CAPÍTULO 2: A RESPONSABILIDADE CIVIL

O Código Civil de 2002 dispõe que a partir do momento que há o descumprimento de uma obrigação, surge a responsabilidade por parte de quem a descumpriu de responder pelos danos causados por sua ação ou omissão. Essa responsabilidade pode ser tanto penal quanto civil, em razão da independência dessas esferas, de modo que é possível haver responsabilidade civil sem que ocorra a penal e vice-versa, bem como a presença de ambas.

Todo cidadão possui o direito constitucional de se expressar livremente e, a partir do uso das mídias eletrônicas, o problema surge quando se divulga, sem observar a veracidade da informação apresentada ou a despeito dela, notícias falsas, o que gera responsabilização pelo ato. É preciso lembrar de um dos mais famosos ditados do direito que afirma “meu direito termina quando começa o do outro” (OAB, 2017) e quando esse direito de terceiros é violado dessa forma, pode surgir crime contra a honra, tipificado nos artigos 138 a 140 do Código Penal brasileiro, ou causar danos materiais ou morais, que são tratados na esfera penal, gerando responsabilidade civil.

Diferente da responsabilidade penal, a responsabilidade civil necessita da ocorrência efetiva do dano, pois sem dano não se cogita a possibilidade de reparação; outra diferença entre esses dois tipos é que a iniciativa do processo sempre partirá da pessoa lesada, não por parte do Estado. Essa diferença decorre da existência de crimes de mera conduta, onde o resultado danoso não só não é necessário para a consumação do delito, como é impossível, como evidenciado no seguinte julgado do Supremo Tribunal Federal:

O crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido é de mera conduta e de perigo abstrato, ou seja, consuma-se independentemente da ocorrência de efetivo prejuízo para a sociedade, e a probabilidade de vir a ocorrer algum dano é presumida pelo tipo penal. Além disso, o objeto jurídico tutelado não é a incolumidade física, mas a segurança pública e a paz social, sendo irrelevante o fato de estar a arma de fogo municiada ou não. (HC 104.206/RS, 1.^a Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe de 26/08/2010)

A obrigação de reparar danos causados existe já há muito tempo, havendo registros desde a época do Código de Hamurabi, onde a pena por danos possuía

um objetivo mais punitivo que reparatório. Esse tipo de punição foi sofrendo mudanças em seus fundamentos, como no Código de Manu, pois a partir de então a punição não era mais uma vingança privada (GONÇALVES, 2007). O conceito de reparação pecuniária só foi solidificado, no entanto, com o Direito Romano pela *Lex Aquiliana*, fazendo com que o patrimônio do causador do dano respondesse, no lugar de sua própria pessoa.

A responsabilidade civil é um dos temas mais discutidos na atualidade e novas teorias vêm sendo criadas, a exemplo da responsabilidade civil objetiva. Este tema é descrito de maneira diferente pelos vários autores do direito de acordo com sua opinião pessoal, não havendo uma descrição que unifique esses entendimentos

A jurista Maria Helena Diniz (2003) define responsabilidade civil como:

A aplicação de medidas que obriguem a reparar o dano moral ou patrimonial causado a terceiros em razão de ato próprio imputado, de pessoa por quem ele responde, ou de fato ou de coisa de animal sob sua guarda (responsabilidade subjetiva), ou ainda, de simples imposição legal (responsabilidade objetiva). Definição esta que guarda, em sua estrutura, a idéia de culpa quando se cogita da existência de ato ilícito e a do risco, ou seja, da responsabilidade sem culpa. (DINIZ, 2003, p. 308)

Enquanto para Silvio Rodrigues (2003, p. 402), a responsabilidade civil pode ser definida como “a obrigação que pode incumbir uma pessoa a reparar o prejuízo causado a outra, por fato próprio, ou por fato de pessoas ou coisas que dela dependam”.

É importante frisar que, com exceção da aplicação da Teoria do Risco, a regra geral no Direito Brasileiro é de que a responsabilidade decorre diretamente da culpa e que o interesse lesado é de um particular. Dessa maneira, não há de se cogitar responsabilização sem interesse da parte que sofreu o dano; sem iniciativa do lesado, não há consequências ao causador do dano.

Essa conclusão pode ser feita da análise do artigo 927 da Lei 10406/2002, o atual Código Civil Brasileiro, que prega:

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem. (BRASIL, 2002)

Ademais, existem dois tipos diferentes de responsabilidade civil que são utilizados no Direito Brasileiro, são eles a responsabilidade civil objetiva e a responsabilidade civil subjetiva. Esses dois tipos de responsabilidade civil diferem na necessidade ou não da culpa para a caracterização da responsabilidade e, como Caio Mário afirma em seu livro “Responsabilidade Civil”, “para o direito civil brasileiro, a doutrina dominante é a da culpa, ou da responsabilidade subjetiva” (PEREIRA, 2002, p. 94).

Ambos os institutos serão mais bem trabalhados a frente, mas, de forma breve, faremos uma breve distinção entre eles. Seguindo a vertente subjetiva, a pessoa lesada por determinada conduta deverá provar a culpa do agente na autoria do dano, havendo necessidade de a vítima comprovar a culpa ou até mesmo dolo em sentido estrito para que haja a reparação do dano.

Dessa maneira, a responsabilidade será subjetiva quando se baseia na ideia de culpa, sendo sua comprovação um dos pressupostos para que o dano seja indenizável. No entanto, em algumas situações a lei garante reparação de danos cometidos sem a presença de culpa, em casos nos quais a responsabilidade se configura somente com o dano e o nexo de causalidade; nesses casos, a responsabilidade será objetiva.

Por conseguinte, diferentemente da responsabilidade subjetiva, nesta variedade objetiva de responsabilidade para verificá-la basta que a vítima demonstre a conduta do agente, o dano causado e o nexo de causalidade entre os dois, não havendo necessidade de comprovação de culpa, fazendo com que o ônus da prova passe para o agente, no caso de excludente de responsabilidade.

Maria Helena Diniz (2003) afirma que a responsabilidade subjetiva se baseia na ideia de culpa, enquanto a objetiva se baseia na ideia anteriormente mencionada de risco:

A responsabilidade objetiva funda-se num princípio de equidade, existente desde o direito romano: aquele que lucra com uma situação deve responder

pelos riscos ou pelas desvantagens dela resultantes. Essa responsabilidade tem como fundamento a atividade exercida pelo agente, pelo perigo que pode causar à vítima, à saúde ou a outros bens, criando risco de dano para terceiros. [...] A responsabilidade fundada em risco consiste, portanto, na obrigação de indenizar o dano produzido por atividade exercida no interesse do agente e sob seu controle, sem que haja qualquer indagação sobre o comportamento do lesante, fixando-se no elemento objetivo, isto é, na relação de causalidade entre dano e a conduta do seu causador. (DINIZ, 2003, p. 40)

A seguir iremos trabalhar mais detalhadamente os elementos intrínsecos da responsabilidade civil subjetiva, sendo eles a ação ou omissão culposa, o dano e o nexo causal, bem como as especificidades da teoria do risco da responsabilidade objetiva.

2.1 AÇÃO OU OMISSÃO

O primeiro dos elementos intrínsecos da Responsabilidade Civil é a ação ou omissão; este elemento é o mais lógico nessa definição, pois não há de se discutir responsabilização sem que aja conduta do agente. Essa conduta pode ser o ato humano comissivo ou omissivo, lícito ou ilícito, voluntário e objetivamente imputável, do próprio agente ou de terceiro que cause dano a outrem e gere o dever reparar a lesão.

À vista disso, para que haja caracterização da responsabilidade, é essencial a prática de um ato ou sua falta, quando devia ter sido praticado, que gera um dano. A omissão caracterizará a responsabilidade quando houver inobservância do dever de agir; enquanto a ação caracterizará responsabilidade quando se pratica ato que não se deveria praticar.

2.1.1 A Culpa

Na responsabilidade civil subjetiva, o instituto da culpa é importantíssimo para sua configuração; sua previsão em sentido amplo vem no artigo 927, parágrafo único, do Código Civil, previamente transcrito, e em sentido restrito se caracteriza pela negligência, imprudência ou imperícia. Luiz Roldão de Freitas afirma em sua obra “Elementos da responsabilidade civil”: “será necessário que entre a não

realização da prestação e o obrigado exista um nexo de imputação. A este nexo se chama culpa” (GOMES, 2002, p.548).

2.2 O DANO

Como dito anteriormente, para haver responsabilidade é necessário que haja algum tipo de dano e Arnaldo Wald, em sua obra “Curso de direito civil brasileiro: obrigações e contratos”, define que dano “é a lesão sofrida por uma pessoa no seu patrimônio ou na sua integridade física, constituindo, pois, uma lesão causada a um bem jurídico, que pode ser material ou imaterial” (WALD, 2006, p. 488).

Devemos analisar, então, a ocorrência dos seguintes requisitos para que haja dano indenizável: a deterioração ou destruição de um determinado bem jurídico, seja ele patrimonial ou moral, pertencente a uma pessoa, que com isso se viu lesada, de forma direta ou indireta; a efetiva ocorrência do dano, ou seja, não se indeniza uma lesão hipotética, que não tenha de fato tomado forma, ainda que somente venha se manifestar futuramente; a causalidade entre a conduta do agente e o dano causado, ou seja, o dano deverá necessariamente originar-se de uma causa produzida pelo lesante; a subsistência do dano no momento da reclamação do lesado; a legitimidade para pleitear a reparação por parte de vítima direta ou indireta; e a ausência de causas excludentes de responsabilidade, como caso fortuito, força maior, ou culpa exclusiva da vítima.

2.2.1 O Dano Moral

Como mencionado, o dano pode ser material ou moral e existem muitas definições na Doutrina para o Dano Moral. Dentre elas, destacam-se a dos doutrinadores Rodolfo Pamplona e Pablo Stolze Gagliano, que conceituam como “lesão de direito cujo conteúdo não é pecuniário, nem comercialmente redutível a dinheiro” ; e a de Maria Helena Diniz (2003), que diz que o Dano Moral é “a lesão de interesses não patrimoniais de pessoa física ou jurídica, provocada pelo ato lesivo” (DINIZ, 2003, p. 84).

Já Carlos Roberto Gonçalves (2009) afirma que

Dano moral é o que atinge o ofendido como pessoa, não lesando seu patrimônio. É lesão de bem que integra os direitos da personalidade, como a honra, a dignidade, intimidade, a imagem, o bom nome, etc., como se infere dos art. 1º, III, e 5º, V e X, da Constituição Federal, e que acarreta ao lesado dor, sofrimento, tristeza, vexame e humilhação. (GONÇALVES, 2009, p. 359)

Nehemias Domingos de Melo (2004, p. 9) diz que “dano moral é toda agressão injusta aqueles bens imateriais, tanto de pessoa física quanto de pessoa jurídica, insuscetível de quantificação pecuniária”. Já outras correntes, como a do doutrinador Yussef Said Cahali (2011), afirmam que o Dano Moral não é a lesão em si, mas sim os efeitos da lesão:

Dano moral, portanto, é a dor resultante da violação de um bem juridicamente tutelado, sem repercussão patrimonial. Seja dor física – dor-sensação, como a denominada Carpenter – nascida de uma lesão material; seja a dor moral – dor-sentimento, de causa imaterial. (CAHALI, 2011, p. 28)

Temos, ainda, a definição de Aguiar Dias (1987), que estabelece que:

O dano moral é o efeito não patrimonial da lesão de direito e não a própria lesão, abstratamente considerada. O conceito de dano é único, e corresponde a lesão de direito. Os efeitos da injúria podem ser patrimoniais ou não, e acarretar, assim, a divisão dos danos em patrimoniais e não patrimoniais. Os efeitos não patrimoniais da injúria constituem os danos não patrimoniais. (DIAS, 1987, p. 852)

Logo, o conceito de dano está ligado ao de lesão a direito subjetivo, seja ele absoluto ou relativo. É, portanto, violação a um bem juridicamente protegido. O problema é que os danos morais são comumente confundidos com dor e sofrimento psicológico. Em verdade, os danos morais seriam melhor compreendidos como ofensa à dignidade da pessoa humana.

Apesar de a origem ser a mesma, a distinção entre os danos moral e material é bem clara, não sendo o que ocasionou a lesão mas sim os efeitos que a lesão teve sobre o ofendido e seus bens tutelados. Enquanto no dano material há uma diminuição patrimonial e, comprovados os danos, há que se ressarcir a perda, recompondo o *status quo* patrimonial do ofendido, no dano moral, essencialmente

extrapatrimonial, imaterial, a grande questão é a determinação do quantum indenizatório, haja vista ser indeterminável pecuniariamente.

2.2.2 O Dano Moral no Brasil

O instituto dano moral teve muita dificuldade para ser aceito no Ordenamento Jurídico Brasileiro, passando por muitas discussões sobre sequer se o dano moral deveria ser indenizável. Nessa questão, havia um aspecto relevante: a doutrina nacional majoritária, acompanhando o direito comparado, defendia a indenização do dano moral, com inúmeros seguidores, enquanto a jurisprudência, a contrário senso, inclusive o Supremo Tribunal Federal, negava essa possibilidade.

É necessário destacar o ensinamento de Agostinho Alvim, sobre o dano moral antes da promulgação da Constituição Federal de 1988:

Em doutrina pura, quase ninguém sustenta hoje a irreparabilidade dos danos morais. É assim a obrigação de reparar tais danos vai se impondo as legislações, mais ousadamente aqui, mais timidamente ali, já admitindo-se a reparação, como regra, já, somente, nos casos expressamente previstos. (ALVIM, 1980, p. 220-221)

Na Constituição Federal de 1988 houve total aceitação da reparabilidade do Dano Moral, justamente pois, em seu texto, a Carta Magna trouxe expressamente a possibilidade de reparação do Dano Moral, no Artigo 5º, incisos V e X, que estabelecem: “Art. 5º, V: é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem” e “Art. 5º, X: são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

Também é importante destacar o ensinamento do constitucionalista José Afonso da Silva (2000):

A vida humana, que é o objeto do direito assegurado no artigo 5º, caput, integra-se de elementos materiais (físicos e psíquicos) e imateriais (espirituais). [...] No conteúdo de seu conceito se envolvem o direito à dignidade da pessoa humana [...], o direito à privacidade [...], o direito à

integridade físico-corporal, o direito à integridade moral e, especialmente, o direito à existência. (SILVA, 2000)

E continua:

A vida humana não é apenas um conjunto de elementos materiais. Integram-na, outrossim, valores imateriais, como os morais. A Constituição empresta muita importância à moral como valor ético-social da pessoa e da família, que se impõe ao respeito dos meios de comunicação social (artigo 221, IV). Ela, mais que as outras, realçou o valor da moral individual, tornando-a mesmo um bem indenizável (artigo 5º, incisos V e X). A moral individual sintetiza a honra da pessoa, o bom nome, a boa fama, a reputação que integram a vida humana como dimensão imaterial. Ela e seus componentes são atributos sem os quais a pessoa fica reduzida a uma condição animal de pequena significação. Daí por que o respeito à integridade moral do indivíduo assume feição de direito fundamental. (SILVA, 2000, p. 201)

Na mesma linha, o Código Civil de 2002 consagra, em seu artigo 186, sua autonomia, conferindo ao ofendido a possibilidade de pleitear ação de reparação exclusivamente por danos morais. O citado artigo estabelece: “Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”.

O instituto está presente hoje também no Código de Defesa do Consumidor, que, no artigo 6º, nos seus incisos VI e VII, aos consumidores, como direito básico, “a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais” e “o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vista à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais”, respectivamente.

Afirma, ainda, o Doutrinador Youssef Said Cahali (2011): “Atualmente, na reciclagem periódica do tema da reparação do dano moral, a presente fase é de superação das antinomias anteriores, com sua consagração definitiva, em texto constitucional e enunciado sumular que a asseguram” (CAHALI, 2011, p. 19).

E ainda:

Notamos que a fase de discussão sobre reparabilidade já foi superada, o instituto atinge agora a sua maturidade e afirma a sua relevância, esmaecida de vez a relutância daqueles juizes e doutrinadores então vinculados ao equivocado preconceito de não ser possível compensar a dor moral com dinheiro. (CAHALI, 2011, p. 19)

2.2.3 O Dano Moral Direto e Indireto

De acordo com a doutrina, é possível classificar o dano moral em direto ou indireto, levando em consideração a causalidade entre o dano e o fato. De acordo com Maria Helena Diniz (2008), ocorre Dano Moral direto quando ocorre lesão específica de um direito imaterial:

O dano moral direto consiste na lesão a um interesse que visa a satisfação ou o gozo de um bem jurídico extrapatrimonial contido nos direitos da personalidade (como a vida, a integridade corporal e psíquica, a liberdade, a honra, o decoro, a intimidade, os sentimentos afetivos, a própria imagem) ou nos atributos da pessoa (como o nome, a capacidade, o estado de família). Abrange, ainda, a lesão à dignidade da pessoa humana (CF/88, art. 1º, III). (DINIZ, 2008, p. 93)

Alguns exemplos de quando ocorre o dano moral direto é quando alguém tem seu nome lançado em cadastros de maus pagadores ou é injuriado em público, pois são violações à honra e à imagem da pessoa.

Parafraseando Gagliano e Pamplona (2004), já o dano moral indireto ocorre quando há lesão a um bem ou interesse de natureza patrimonial, mas que, de modo reflexo, produz um prejuízo a um bem de natureza extrapatrimonial (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2004, p. 87). A respeito do dano moral indireto, o Código Civil traz disposição expressa no seu artigo 952, parágrafo único: “Art. 952. Parágrafo único. Para se restituir o equivalente, quando não exista a própria coisa, estimar-se-á ela pelo seu preço ordinário e pelo de afeição, contanto que este não se avanteje àquele” (BRASIL, 2002).

Existe, no entanto, uma diferença entre o dano moral indireto com o reflexo (ou em ricochete). O dano moral indireto é derivado de um dano material por haver consequências extrapatrimoniais, sendo a ele conexo, enquanto o dano moral reflexo é um dano secundário que apenas por consequência de outro dano, seja ele material ou moral, causado a uma vítima diferente que tenha uma ligação pessoal com a vítima do dano reflexo.

2.2.4 Danos morais contra pessoa jurídica

A introdução da possibilidade de haver danos morais à pessoa jurídica foi um tema de grande repercussão na Doutrina, e ainda hoje há muitas discussões sobre isso, como afirma Sérgio Cavalieri (2008):

A reparabilidade do dano moral causado à pessoa jurídica ainda apresenta alguma perplexidade e sofre forte resistência de parte da doutrina e jurisprudência apegadas à noção de que a honra é bem personalíssimo, exclusivo do ser humano, não sendo possível reconhecê-la na pessoa jurídica. Concorre também para a resistência a ideia de que o dano moral é sinônimo de dor, sofrimento, tristeza etc. (CAVALIERI, 2008, p. 96)

Parafraseando Gagliano e Pamplona (2004) novamente, pode-se dizer que, no entanto, a legislação pátria em momento algum excluiu a proteção ao patrimônio imaterial das pessoas jurídicas. Além disso, apesar de ser evidente que uma pessoa jurídica jamais terá uma vida provada, é certo que ela pode e deve zelar pelo seu nome e imagem diante do seu público-alvo, sob pena de perder largos espaços na acirrada concorrência do mercado (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2004, p. 80).

O Código Civil de 2002 prevê expressamente a possibilidade de pleito de indenização por danos morais à pessoa jurídica: “Art. 52. Aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos de personalidade” (BRASIL, 2002).

Atualmente, com a súmula 227 do STJ, o Superior Tribunal de Justiça pacificou essa jurisprudência: “A pessoa jurídica pode sofrer dano moral”.

Parafraseando, agora, Cavalieri (2008), considerar não ser passível de indenização a pessoa jurídica, deixando de punir o causador do dano moral, pode ser considerado um equívoco tão grave quanto aquele que se cometia ao tempo em que não se admitia a reparação por dano moral nem mesmo a pessoa física. Isso só estimula a irresponsabilidade e a impunidade (CAVALIERI, 2008, p. 98).

No entanto, na jurisprudência analisada, os tribunais afirmam ser apenas passíveis de reparação por danos morais sobre a pessoa jurídica aquelas que sofrem ofensa à sua honra objetiva sem, no entanto, necessidade de comprovação, como nos casos concretos a seguir: “Para que haja indenização à pessoa jurídica por danos morais é necessário que haja ofensa à honra objetiva, isto é, seu nome no

mercado, com repercussão econômica”⁶; “O acolhimento do pedido de indenização por danos morais à pessoa jurídica depende da demonstração da violação à sua honra objetiva.”⁷

2.2.5 A prova no dano moral

A prova nos Danos Morais é um tema controverso, sendo que a maior parte da doutrina afirma que a prova é desnecessária, como afirma Rui Stoco (2007), quando diz que “a causação de dano moral independe de prova, ou melhor, comprovada a ofensa moral o direito a indenização desta decorre, sendo dela presumido” (STOCO, 2007, p. 1714). Logo, a obrigação de reparar é consequência da verificação do evento danoso, sendo dispensável a prova do prejuízo.

Da mesma forma, Cavalieri (2009) afirma que, por se tratar de algo imaterial, a prova do dano moral não pode ser feita através dos mesmos meios utilizados para comprovar os danos materiais (CAVALIERI, 2009, p. 86).

A exemplo do seguinte julgado, este posicionamento é tomado de forma majoritária na jurisprudência brasileira:

Indenização - Dano moral - Prova - Desnecessidade. "Não há falar em prova do dano moral, mas, sim, na prova do fato que gerou a dor, o sofrimento, sentimentos íntimos que o ensejam. Provado assim o fato, impõe-se a condenação, sob pena de violação do art. 334 do Código de Processo Civil.⁸

Ademais, a jurisprudência afirma que o ônus da prova é do réu, aquele que gerou o dano, assim como no seguinte caso em que a vítima teve seu nome injustamente colocado nos cadastros de mau devedores:

Compete ao réu fazer prova da existência de contrato de telefonia móvel entre as partes, diante da impossibilidade de se exigir do autor a produção de prova da inexistência da relação jurídica. [...] Diante da ausência de prova acerca da relação jurídica, considera-se ilegal a cobrança que gerou a inscrição e, por consequência, a condenação da empresa apelada ao

⁶ 20090110147832APC - APC –Apelação Cível, Acórdão nº 765294, Rel. ANA CANTARINO.

⁷ 20060110279773APC - APC -Apelação Cível, Acórdão nº 748648, Rel. ANTONINHO LOPES

⁸ 753811220098260224 SP0075381-12.2009.8.26.0224, Relator: Orlando Pistoiresi, Data de Julgamento: 18/01/2012, 30ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 18/01/2011).

pagamento de indenização por dano moral é medida que se impõe, haja vista a violação aos direitos de personalidade, tais como, credibilidade ao bom nome.⁹

2.3 NEXO CAUSAL

O terceiro elemento intrínseco da responsabilidade civil é o nexo causal, nexo esse que será a relação entre conduta e dano, sendo necessária uma relação de causalidade entre os outros dois elementos para que se configure a responsabilidade. Acerca disso, Maria Helena Diniz (2003) dispõe:

O vínculo entre prejuízo e ação designa-se nexo causal, de modo que o fato lesivo deverá ser oriundo de ação, diretamente ou como consequência previsível. Tal nexo representa, portanto, uma ação necessária entre o evento danoso e a ação que o produziu, de forma que esta é considerada como sua causa. Todavia, não será necessário que o dano resulte apenas imediatamente do fato que o produziu. Bastará que se verifique que o dano não ocorreria se o fato não tivesse acontecido. (DINIZ, 2003, p. 476)

Sobre nexo causal, diz ainda Caio Mário da Silva Pereira (2002): “Este é o mais delicado dos elementos da responsabilidade civil e o mais difícil de ser determinado. [...] Mesmo que haja culpa e dano, não existe obrigação de reparar, se entre ambos não se estabelecer a relação causal.”

Como foi dito, o nexo causal é o elemento que faz a ligação entre a conduta e o dano, independentemente de culpa, pois o nexo é elemento tanto da responsabilidade objetiva quanto da subjetiva. Logo, não há responsabilidade civil se não houver relação de causa e efeito entre a ação ou omissão e o resultado lesivo. O dano pode ocorrer de forma indireta à conduta do agente, desde que ainda aja relação entre conduta e dano, não se afeta a configuração de responsabilidade.

O maior problema na questão do nexo causal é a dificuldade em se observar a relação de causa e efeito entre conduta e dano, pois alguns danos decorrem não de apenas um, mas de vários fatos. Um exemplo disso é um acidente automotivo, que pode ser provocado por diversos fatores, como comportamento do condutor, condições de clima e pista e defeito do veículo.

⁹ 20131010100526APC - APC -Apelação Cível, Acórdão nº 830328, rel. ROMULO DE ARAUJO MENDES

Existem duas correntes que propõem soluções para esse problema: a teoria da equivalência das condições e a teoria da causalidade adequada. Carlos Roberto Gonçalves (2007, p. 323) leciona que a primeira dispõe que todos os elementos que deram origem ao fato equivalem, não havendo assimetria entre as causas enquanto a segunda dispõe que todos os antecedentes do dano não podem representar a mesma função; diz ainda não há uma regra absoluta para este problema, cabendo ao magistrado decidir de acordo com as provas apresentadas.

Silvio Rodrigues afirma ainda, sobre a dificuldade de se estabelecer o nexo causal: “Se a vítima experimentar um dano, mas não se evidenciar que o mesmo resultou da atitude do réu, o pedido de indenização, formulado por aquela, deverá ser julgado improcedente” (RODRIGUES, 2003, p. 117).

Existem alguns motivos de exclusão do nexo causal, dentre eles, culpa exclusiva da vítima, culpa concorrente da vítima e o do agente, culpa comum, culpa de terceiro, por força maior ou caso fortuito e a cláusula de não indenizar, que só tem validade no âmbito contratual.

2.4 O RISCO

O cerne da vertente objetiva da responsabilidade civil é o risco, e a respeito desse Silvio de Salvo Venosa (2003) deixa claro seu papel na caracterização da responsabilidade civil objetiva:

Para a caracterização do dever de indenizar devem estar presentes os requisitos clássicos: ação ou omissão voluntária, relação de causalidade ou nexo causal, dano e, finalmente, culpa. No tocante especificamente à culpa, lembramos que a tendência jurisprudencial cada vez mais marcante é de alargar seu conceito. Surgiu, daí, a noção de culpa presumida, sob o prisma do dever genérico de não prejudicar. Esse fundamento fez também nascer a teoria da responsabilidade objetiva, presente na lei em várias oportunidades, que desconsidera a culpabilidade, ainda que não se confunda a culpa presumida com a responsabilidade objetiva. Daí por que a insuficiência da fundamentação da teoria da culpabilidade levou à criação da teoria do risco, com vários matizes, a qual sustenta que o sujeito é responsável por riscos ou perigos que sua atuação promove, ainda que coloque toda diligência para evitar o dano. Trata-se da denominada teoria do risco criado e do risco benefício. O sujeito obtém vantagens ou benefícios e, em razão dessa atividade deve indenizar os danos que ocasiona. Em síntese, cuida-se da responsabilidade sem culpa em

inúmeras situações nas quais sua comprovação inviabilizaria a indenização para a parte presumivelmente mais vulnerável. A legislação dos acidentes do trabalho é o exemplo marcante que imediatamente aflora como exemplo. (VENOSA, 2003)

Surge então a teoria do risco, que estabelece que o causador do dano deverá indenizar independentemente de culpa em virtude do risco ao qual sujeitou o sofredor do dano com suas ações. José de Aguiar Dias (2006) afirma que “aquele que cria o risco responde se ele se vem a verificar, pelas consequências lesivas a terceiro”.

Os autores objetivistas argumentam que a responsabilidade baseada no risco é bem mais abrangente, pois engloba qualquer que seja a circunstância que venha a produzir o dano. O conceito de risco consiste na consciência de alguém praticar determinada atividade e responder pelos eventos danosos que esta atividade gera para os indivíduos, independente de determinar se em cada caso, isoladamente, o dano é devido à imprudência, à negligência ou a um erro de conduta.

2.5 RESPONSABILIDADE CONTRATUAL E EXTRA CONTRATUAL

Existe ainda uma diferenciação entre responsabilidade contratual e extracontratual, nas palavras de Carlos Roberto Gonçalves (2007):

Na responsabilidade extracontratual, o agente infringe um dever legal, e, na contratual, descumpre o avençado tornando-se inadimplente. Nesta, existe uma convenção prévia entre as partes, que não é cumprida. Na responsabilidade extracontratual, nenhum vínculo jurídico existe entre a vítima e o causador do dano, quando este pratica o ato ilícito. (GONÇALVES, 2007, p. 221)

Dessa forma, não há contrato do qual a conduta lesiva deriva, não havendo uma relação jurídica prévia entre as partes antes do dano, ocorrendo um ato ilícito. A responsabilidade contratual por outro lado pressupõe um vínculo jurídico entre as partes, do qual somente nasce a obrigação de reparar por meio da violação de um contrato ou de suas cláusulas.

Caio Mário da Silva Pereira (2002) afirma que a responsabilidade contratual se baseia em dois fatores: “a formação do contrato e a sua obrigatoriedade. Em primeiro lugar, vigora a liberdade de contratar. Cada um é livre de contratar e de não contratar” (PEREIRA, 2002, p. 248).

Apesar de haver distinções entre esses dois tipos de responsabilidade, contratual e extracontratual, ambos baseiam-se nos mesmos elementos: conduta, dano e nexo causal. Contudo, existem ainda diferenças acerca da capacidade do agente e do ônus da prova: a capacidade plena do agente é fundamental para a celebração de contratos sob pena de nulidade, ao contrário da extracontratual, em que uma conduta ilícita de incapaz pode gerar reparação por parte dos responsáveis; e o ônus da prova que é invertido na responsabilidade, que incumbe ao lesado provar os requisitos.

Sobre o tema, Caio Mário da Silva Pereira (2002) diz, ainda:

[...] é certo que a responsabilidade contratual se funda na autonomia da vontade, ao passo que a responsabilidade extracontratual independe dela. Só os subjetivistas não o reconhecem: a responsabilidade contratual obedece às regras comuns dos contratos e, freqüentemente, baseia-se em dever de resultado, o que acarreta a presunção de culpa. (PEREIRA, 2002, p. 168)

CAPÍTULO 3: O DANO CAUSADO PELA CIRCULAÇÃO DE NOTÍCIAS FALSAS

Após o histórico das notícias falsas e a análise da responsabilidade civil, é preciso discutir qual é o dano que a circulação das notícias falsas traz à sociedade. De certo que a publicação de informações intencionalmente ou sabidamente falsas em si já é um problema sério; no entanto, esse problema consegue ainda ser majorado com o compartilhamento cego dessas informações pelo público leitor que, assim como as notícias sobre o rei doente no século XVIII, mencionadas anteriormente, torna difícil distinguir a mentira da verdade.

A facilidade que as pessoas possuem em compartilhar notícias pelas redes sociais, tais como *Facebook*, *Whatsapp* e *Twitter*, e o comportamento inconsequente de muitos usuários dessas plataformas ao compartilhar informações sem prévia verificação de veracidade impulsionou as notícias falsas de uma maneira nunca antes vista desde a criação da imprensa, tornando a circulação de falsidades trivial, com pessoas sem nenhum dolo, apenas extrema negligência, espalhando informações inverídicas para o mundo todo ver. Um epidemiologista chegou até a comparar a propagação das notícias falsas com a evolução e transmissão de doenças infecciosas (KUCHARSKI, 2016).

A produção de notícias falsas possui sempre o intuito de obter algum tipo de vantagem; ela pode ser econômica, por meio de propagandas em sites ou por fraudes em mercados de ações, como dito anteriormente, ou até mesmo política ou eleitoral, alterando ou influenciando indevidamente as eleições de um país.

As plataformas de mídia são um meio especialmente eficazes na propagação de notícias falsas e o estudo “*Social Media and Fake News in the 2016 Election*”¹⁰, conduzido por Hunt Allcott e Matthew Gentzkow em 2017, lista três causas para essa afinidade, sendo a primeira o custo de produzir e publicar conteúdos nas mídias virtuais, incrivelmente pequeno, comparados com as físicas. Isso aumenta o lucro relativo das empresas que produzem notícias falsas e reduz a necessidade de manter uma boa reputação de qualidade em longo prazo.

A segunda causa para esse efeito é o formato das mídias sociais em si, sempre cortado em pedaços em celulares ou janelas de notícias, aumentam a

¹⁰Journal of Economic Perspectives—Volume 31, Number 2—Spring 2017—Pages 211–236.

dificuldade de verificar a veracidade das notícias pela própria acessibilidade do meio.

A terceira causa é uma segregação ideológica das listas de amigos no *Facebook*, pois o algoritmo da plataforma faz com que amigos de similares ideologias políticas sejam mais prováveis de visualizar suas postagens. Esse alinhamento político converge com a própria natureza humana de ter menos iniciativa de verificar informações que já concordem, criando assim uma bola de neve.

Como dito anteriormente, as mídias sociais são vitais para a manutenção das *fake news* atualmente, permitindo que os editores dessas notícias disseminem notícias falsas em massa de uma forma que nenhum método tradicional poderia igualar. Esses editores podem comprar espaços de propaganda em *web-sites* como o *Facebook* como forma de obter renda e, apesar de conteúdos falsos serem contra as políticas do *Facebook*, sendo possível até a suspensão ou perda de suas contas, o próprio fundador da empresa, Mark Zuckerberg, admitiu em depoimento perante o senado estadunidense que o site não fez o suficiente para impedir que o meio fosse usado para benefício próprio dos editores de notícias falsas:

[I]t's clear now that we didn't do enough to prevent these tools from being used for harm as well. That goes for fake news, foreign interference in elections, and hate speech, as well as developers and data privacy. We didn't take a broad enough view of our responsibility, and that was a big mistake. It was my mistake, and I'm sorry. I started Facebook, I run it, and I'm responsible for what happens here.¹¹

Estudos mostraram, no previamente mencionado trabalho de Hunt Allcott e Matthew Gentzkow, que 41 notícias falsas pró-Hillary Clinton e 115 pró-Donald Trump foram compartilhadas apenas no *Facebook*, um total de 7,6 milhões e 30,3 milhões de vezes respectivamente em 2016, durante as eleições. Apesar de não ser possível, mesmo com os estudos, se dizer ao certo se essas notícias falsas decidiram o resultado das eleições, certamente se pode afirmar que elas influenciaram as escolhas dos eleitores e algumas vezes trouxeram até prejuízos a terceiros, como no já abordado caso “*Pizzagate*”.

¹¹ Mark Zuckerberg em depoimento perante o Senado Norte-Americano em 10 de abril de 2018. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/the-switch/wp/2018/04/10/transcript-of-mark-zuckerbergs-senate-hearing/?noredirect=on&utm_term=.2a51b99bc26f>. Acesso em: 09 jul. 2018.

Esse tipo de manobra política também é utilizado no Brasil. Em 2014, um empresário do Espírito Santo foi indiciado por compartilhar notícias falsas¹²; ele compartilhou falsas pesquisas eleitorais por meio de um endereço eletrônico similar ao de um importante jornal local de elevada credibilidade, chegando até a divulgar pesquisas oficiais do TSE para aumentar a confiança dos leitores. Essas pesquisas falsas possuíam uma diferença no resultado com intenção de dar a ideia de que determinado candidato estava crescendo no eleitorado e estimular indecisos a escolherem ele. Esse empresário foi indiciado pela prática dos crimes do artigo 33, §4.º, da Lei 9.504/1997 (divulgação de pesquisa fraudulenta) e artigo 297 do Código Eleitoral (impedir ou embaraçar o exercício do sufrágio).

Esse tipo de notícia costuma ter um impacto ainda maior de acordo com a atenção que cada notícia recebe; este ano, 2018, após o brutal assassinato da vereadora Marielle Franco do PSol e do motorista Anderson Gomes, diversas *fake news* foram disseminadas tentando se aproveitar do mistério que até hoje ainda paira sobre as causas da morte da vereadora. Essa situação atingiu massa crítica quando pessoas proeminentes da política e direito brasileiro, como o deputado Alberto Fraga e a desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Marília Castro Alves justificaram seu assassinato com base em notícias falsas e ajudaram a dar credibilidade a essas próprias notícias.

Não existe um exemplo melhor de como a nossa sociedade foi corrompida pelas notícias falsas que quando uma excelentíssima e muito bem esclarecida desembargadora de um dos mais importantes tribunais do nosso país é flagrada compartilhando tais notícias, convencida de que são verdades.

De certo que a divulgação de notícias falsas é uma conduta ilícita, com repercussões tanto na esfera penal quanto na civil e até na eleitoral. No entanto, o enfoque que daremos à análise será o da esfera de responsabilização civil, como evidenciado pelo extenso escrutínio anterior do tema.

¹² <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/es-tem-primeiro-indiciado-pela-pf-por-compartilhar-fake-news-na-internet.ghtml>

3.1 PREVISÃO LEGAL

Para haver algum tipo de dano, é necessário que algum direito tenha sido violado. É preciso analisar, então, a caracterização de divulgação de notícias falsas como violação de direitos. O desembargador José Roberto Neves Amorim coloca o seguinte, em acórdão no Tribunal de Justiça de São Paulo:

Por certo é direito de todos a manifestação do livre pensamento, conforme artigo 5º, IX, da Constituição Federal, contudo, caminha com este direito o dever de reparar os danos dela advindos se estes violarem o direito à honra (subjetiva e objetiva) do autor, direito este também disposto na Constituição Federal em seu artigo 5, V e X.¹³

Temos, também, o mencionado na última citação em sua forma integral na Constituição Federal Brasileira:

Art.5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XIII – é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional. (BRASIL, 1988)

Em seu artigo 220, inciso I, a Constituição Federal regula ainda mais a respeito desses cinco incisos:

Art. 220º A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

¹³ Registro: 2013.0000724329. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/arquivos/2013/12/art20131204-08.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV. (BRASIL, 1988)

Dessa forma, a Constituição Federal garante proteção à manifestação de pensamento jornalístico, mas o coloca em patamar subordinado à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas. Sobre o assunto, coloca Castanho de Carvalho, em sua obra “Direito de Informação”:

A informação falsa não seria protegida pela Constituição, porque conduziria a uma pseudo-operação da formação da opinião. Assinala-se a função social da liberdade de informação de ‘colocar a pessoa sintonizada com o mundo que a rodeia (...), para que possa desenvolver toda a potencialidade da sua personalidade e, assim, possa tomar as decisões que a comunidade exige de cada integrante.¹⁴

Paulo José da Costa Júnior (1995) complementa, também, em sua obra “O direito de estar só”:

Para se exercitar o direito de crônica, que está intimamente conexo com o de receber informações, será mister que se atenda ao interesse da coletividade de ser informada, porque através dessas informações é que se forma a opinião pública, e será necessário que a narrativa retrate a verdade. (COSTA JÚNIOR, 1995, p. 67)

No que se refere o presente estudo, o artigo 19 da Lei que instituiu o Marco Civil da Internet trazia importante norma referente ao combate e à disseminação de informações falsas:

Art. 19. Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de Internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário.

§ 1º A ordem judicial de que trata o caput deverá conter, sob pena de nulidade, identificação clara e específica do conteúdo apontado como infringente, que permita a localização inequívoca do material.

§ 2º A aplicação do disposto neste artigo para infrações a direitos de autor ou a direitos conexos depende de previsão legal específica, que deverá

¹⁴ Castanho de Carvalho, Direito de Informação, cit., p. 88.

respeitar a liberdade de expressão e demais garantias previstas no art. 5º da Constituição Federal.

§ 3º As causas que versem sobre ressarcimento por danos decorrentes de conteúdos disponibilizados na internet relacionados à honra, à reputação ou a direitos de personalidade, bem como sobre a indisponibilização desses conteúdos por provedores de aplicações de internet, poderão ser apresentadas perante os juizados especiais.

§ 4º O juiz, inclusive no procedimento previsto no § 3º, poderá antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, existindo prova inequívoca do fato e considerado o interesse da coletividade na disponibilização do conteúdo na internet, desde que presentes os requisitos de verossimilhança da alegação do autor e de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação. (BRASIL, 2014)

No entanto, recentemente o Supremo Tribunal Federal reconheceu a existência de Repercussão Geral na discussão sobre a constitucionalidade, à luz dos arts. 5.º, incs. II, IV, IX, XIV e XXXVI, e 220, caput, §§1.º e 2.º, da Constituição da República, do retro transcrito artigo 19.¹⁵

O ordenamento jurídico brasileiro não possui dispositivo específico para combater as notícias falsas, contudo, são utilizados esses artigos, bem como os de injúria, calúnia e difamação, para se utilizar de base para julgar os casos concretos, que serão vistos no próximo tópico.

Podemos usar como exemplo alguns mecanismos utilizados no exterior, como o Ato para Cumprimento da Lei nas Redes Sociais (ou *Netzwerkdurchsetzungsgesetz*, em alemão), que entrou em vigor em outubro de 2017 na Alemanha. Essa lei assegura o bloqueio ou remoção de conteúdos manifestamente ilegais ou falsos em um prazo de 24h, a contar da determinação judicial.

Temos, também, um dispositivo Filipino que entrou em vigor em 20 de julho de 2017, chamado “*Anti-fake News Act of 2017*”¹⁶, que define o que é considerado notícia falsa, proibindo sua criação, distribuição e circulação e estabelecendo penas pecuniárias e/ou restritivas de liberdade em caso de violação do ato.

O Brasil está tomando os primeiros passos para a criação de dispositivos específicos para controle de notícias falsas, havendo pelo menos cinco projetos de

¹⁵ TEMA 987, RE 1.037.396, relator o Eminentíssimo Ministro Dias Toffoli.

¹⁶ https://www.senate.gov.ph/lis/bill_res.aspx?congress=17&q=SBN-1492 última vez acessado em 09/07/2018.

lei tramitando na Câmara dos Deputados, sendo eles o projeto 9532/2018, que estabelece multa e prisão para divulgação de notícias falsas sobre políticos que possam influenciar o eleitorado; o projeto 9533/2018, que visa reduzir propagandas sobre “processos violentos”; o projeto 7604/2017, que propõe medidas semelhantes ao ato alemão mencionado; o projeto 9554/2018, bem similar ao 9533/2018; e o projeto 437/2017, que propõe adicionar um novo artigo ao código penal brasileiro com o intuito de tipificar a conduta de notícias falsas.

O Deputado federal Francisco Floriano teve o seguinte a dizer a respeito de seu projeto (9532/2018):

As fake news navegam nas águas turvas e tortuosas da internet e ganham volume nas redes sociais dos indivíduos, cidadãos comuns que, inocentemente, muitas vezes compartilham e ajudam a disseminá-las como um vírus, que se multiplica de forma descontrolada, matando reputações, prejudicando candidatos, influenciando eleições entre outros prejuízos.¹⁷

Também importante foi a justificativa do deputado Pompeo de Mattos para a propositura do projeto de lei 9554/2018:

Com o seu amplo alcance, essas notícias se transformaram em uma fonte de renda para pessoas que criam sites para publicar especialmente mentiras que foram criadas propositalmente. (...) A presente proposição visa, portanto, coibir a divulgação de notícias falsas, principalmente por meio da internet e redes sociais.¹⁸

3.2 O ENTENDIMENTO DA JURISPRUDÊNCIA

Visto que não há ainda previsão específica em nosso ordenamento para essa atitude e estando claro que se trata de uma ação injusta merecedora de reparação, é necessário que façamos uma análise jurisprudencial e vejamos o que está sendo decidido no caso concreto sobre o assunto.

17 Link para matéria: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/02/15/O-que-h%C3%A1-nos-projetos-contra-not%C3%ADcias-falsas-em-tramita%C3%A7%C3%A3o-no-Congresso>. Acesso em: 9 jul. 2018.

18 Link para matéria: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/02/15/O-que-h%C3%A1-nos-projetos-contra-not%C3%ADcias-falsas-em-tramita%C3%A7%C3%A3o-no-Congresso>. Acesso em: 9 jul. 2018.

Um dos mais famosos casos de notícias falsas no Brasil foi um caso de difamação do veterinário Luiz Lauriano, do canil municipal de Piracicaba, em São Paulo. As rés, Mônica Rodrigues de Faria e Monique Denadai, foram condenadas ambas a pagar indenizações de danos morais no valor de 10.000,00 reais cada ao veterinário, após Monique publicar no *Facebook* fotos de uma cadela castrada por Luiz com suas vísceras expostas após problemas pós-cirúrgicos. A propagação da história foi potencializada quando Mônica, uma conhecida ativista protetora dos animais na região, que nem ao menos conhecia Monique, não hesitou em compartilhar a publicação. O Desembargador José Roberto Neves Amorim afirma no acórdão do caso:

A partir do momento em que uma pessoa usa sua página pessoal em rede social para divulgar mensagem inverídica ou nela constam ofensas a terceiros, como no caso em questão, por certo são devidos danos morais.

Há responsabilidade dos que ‘compartilham’ mensagens e dos que nelas opinam de forma ofensiva, pelos desdobramentos das publicações, devendo ser encarado o uso deste meio de comunicação com mais seriedade e não com o caráter informal.¹⁹

TJ

Os desembargadores do TJ-SP mantiveram então a decisão que havia condenado Monique e Mônica pelo ocorrido, a primeira por ter criado a publicação e a segunda por meramente ter “curtido” e compartilhado a publicação. O juiz de primeira instância do caso, Marcos Douglas Veloso Balbino da Silva, da 2ª Vara Cível de Piracicaba, afirmou também que, embora a liberdade de expressão tenha cunho constitucional, não é absoluta e deve ser exercitada com consciência e responsabilidade, em respeito a outros valores protegidos pelo mesmo texto constitucional, como a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas.

Existem outros exemplos da configuração de dano moral causado pela veiculação de notícias falsas nos Tribunais de Justiça, como o seguinte caso no Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, em que o juiz afirma que a negligência na divulgação de notícias falsas sem tomar as devidas cautelas para verificar as

¹⁹ Registro: 2013.0000724329. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/arquivos/2013/12/art20131204-08.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

informações sendo noticiadas é o suficiente para ferir a moral da vítima e gerar dano indenizável:

EMENTA - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS - DIVULGAÇÃO DE NOTÍCIA FALSA EM JORNAL - CORREIO DO ESTADO - RESPONSABILIDADE DA EMPRESA JORNALÍSTICA PELA FALTA DE CAUTELA NA BUSCA PELA VERACIDADE DA NOTÍCIA - CONDUTA CULPOSA - ARTS. 49 DA LEI 5.250/67, 159 DO CC E 5º, V, X, CF - OFENSA À IMAGEM, À HONRA E À REPUTAÇÃO DO AUTOR - APEIADO - DANOS MORAIS DEMONSTRADOS - PREQUESTIONAMENTO - AFASTADOS SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA - AFASTADA - RECURSO IMPROVIDO.

A responsabilidade da apelante está configurada, pois agiu de maneira culposa pela sua negligência ao veicular notícia falsa, sem tomar as devidas cautelas exigidas das emissoras de comunicação, sendo que o repórter poderia ter tomado as providências para se informar sobre a veracidade da notícia, infringindo os arts. 49 da Lei 5.250/67, 159 do CC e 5.º, V, X, CF. Com efeito, o apelado sem sombra de dúvida ficou abalado com a referida notícia, que manchou sua moral principalmente diante dos seus clientes, por isso vejo que o apelado faz jus à indenização pelos danos morais sofridos.²⁰

STJ

O entendimento do Superior Tribunal de Justiça tem sido similar nesse quesito, afirmando que:

Quanto à veracidade do que noticiado pela imprensa, vale ressaltar que a diligência que se deve exigir na verificação da informação antes de divulgá-la não pode chegar ao ponto de as notícias não poderem ser veiculadas até se ter certeza plena e absoluta de sua veracidade.²¹

No entanto, como evidenciado no seguinte Agravo de Recurso Especial, é muito importante a diferenciação de um conteúdo meramente crítico de uma ofensa pessoal à vítima, sendo apenas o segundo indenizável; o primeiro sendo apenas uma matéria jornalística comum:

A comunicação jornalística é legítima quando preenche três requisitos: o interesse social da notícia, a verdade do fato narrado e a continência da narração. A narrativa é continente quando a exposição do fato e sua valorização não caracterizam agressão moral. As pessoas que ocupam funções de projeção na sociedade ostentam uma vida pública ou lidam com o erário, estão implicitamente sujeitas ao crivo da coletividade quanto à sua honra, imagem e privacidade, devendo pautar-se com ética e moralidade,

20 (TJ-MS - AC: 3168 MS 2003.003168-5, Relator: Des. Hamilton Carli, Data de Julgamento: 05/04/2004, 3ª Turma Cível, Data de Publicação: 16/04/2004)
21 REsp 1.297.567-RJ, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 28/5/2013.

na defesa dos interesses que representam, sofrendo mitigação os direitos da personalidade ante a vida exposta pela própria atividade desenvolvida. As matérias questionadas foram reiteradas em diversos meios de comunicação, em virtude da importância dos Apelantes no meio econômico - financeiro - social do País (fls. 298/300, 347, 348). (...) As informações divulgadas no blog do Apelado, "Conversa Afiada", conforme fls. 136/137, 145, 155, 169/170, 179, 182/188, 209, 224, 234/235, são de cunho jornalístico crítico, não podendo se inferir ofensa pessoal aos Apelantes. [...] Do lastro probatório não há como se extrair, de forma indubitosa, a responsabilidade civil do Apelado e a consequente obrigação de indenizar, buscando a atividade jornalística informar e atualizar a opinião pública (grifei). Sendo assim, para o acolhimento do apelo extremo, seria imprescindível derruir a afirmação contida no decisum atacado, o que, forçosamente, ensejaria rediscussão de matéria fática, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula n. 7 deste Superior Tribunal de Justiça, sendo manifesto o descabimento do Recurso Especial.²²

STF

Nessa linha, é importante se deixar claro que o agravo não foi provido por haver dúvida na jurisprudência sobre a capacidade danosa das notícias falsas, mas sim por não ter de fato se configurado notícia falsa e, portanto, não haver o dano. O julgamento de processos relacionados a notícias falsas também chegou ao Supremo Tribunal Federal, a exemplo do Agravo de Instrumento a seguir, que deixa bem claro que a publicação de notícias falsas gera dano indenizável.

Decisão: Vistos. Sempre Editora Ltda interpõe agravo de instrumento contra a decisão que não admitiu recurso extraordinário assentado em contrariedade ao artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal. Insurge-se, no apelo extremo, contra acórdão da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Alçada do Estado de Minas Gerais, assim do: "APELAÇÃO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – RESPONSABILIDADE CIVIL – OFENSA VEICULADA PELA IMPRENSA – DECADÊNCIA – NÃO OCORRÊNCIA – DEVER DE INDENIZAR EXISTENTE – CÁLCULO DE INDENIZAÇÃO – CONDIÇÕES ECONÔMICAS E GRAU DE CULPA DO AGENTE E POSIÇÃO SOCIAL DA VÍTIMA.

A ação de reparação por dano moral decorrente de divulgação de notícia falsa e sensacionalista através de jornal, proposta pelo ofendido contra o ofensor, com base no art. 159 do Código Civil, não está sujeita ao prazo de decadência previsto no art. 56 da lei 5250/67. A publicação de informações inverídicas, que induzem os leitores e ouvintes a entender que houve uma má prestação de serviços públicos dá direito aos responsáveis por tais serviços de pleitear indenização por danos morais.²³

22 (STJ - AREsp: 606415 RJ 2014/0278520-6, Relator: Ministro MARCO BUZZI, Data de Publicação: DJ 04/12/2014)

23 (STF - AI: 592520 MG, Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 27/06/2011, Data de Publicação: DJe-146 DIVULG 29/07/2011 PUBLIC 01/08/2011)

Fica claro, então, que o entendimento da jurisprudência brasileira, apesar de não haver amplas quantidades de casos julgados, tem sido que a circulação de notícias falsas causa dano indenizável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do aqui exposto sobre notícias falsas, os conceitos da responsabilidade civil trabalhados e a jurisprudência apresentada, pode claramente se ver que é indenizável o dano causado pela divulgação de notícias falsas, seja essa indenização de natureza material ou principalmente moral, dado o desequilíbrio psíquico emocional que essas atitudes podem vir a causar.

Essa reparação pode recair até mesmo a terceiros que de maneira imprudente ou negligente compartilham informações falsas sem chegar suas origens e sem pensar nas consequências que seus atos irão ocasionar. Carlos Roberto Gonçalves, em sua obra *“Direito Civil Brasileiro”*, já afirmava:

Havendo ofensa à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas, podem ser responsabilizados não somente os autores da ofensa como também os que contribuíram para a sua divulgação.

Da mesma forma, essa responsabilização pode ser aplicada também àquele que fornece os próprios serviços de internet, de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, na hipótese em que não tome providências para mediar os danos.

O estudo feito no tocante jurisprudencial mostra que há um número grande de processos tramitando nos Tribunais de Justiça brasileiros trabalhando sobre os direitos de personalidade nas redes sociais e os danos causados a eles pelo conteúdo de terceiros.

A divulgação de notícias falsas não é um fenômeno novo, mas toma extrema importância na atualidade, ajudando a definir o resultado de eleições e afetando a vida de pessoas comuns. Estamos num momento crucial na história do Direito no qual podemos fazer alguma coisa para parar o avanço dessa atividade comprovadamente danosa.

A liberdade de expressão e a responsabilidade devem sempre caminhar juntas, em especial nas relações nas mídias virtuais, ambiente naturalmente mais impessoal, em que o escudo do anonimato ajuda as pessoas a esquecerem de agir responsabilmente. Temos que mudar nosso comportamento para que os provedores e os usuários da rede se tornem cada vez mais conscientes de seus atos, para que possamos proteger a própria dignidade das pessoas.

REFERÊNCIAS

- ALVIM, **Agostinho**. **Da inexecução das obrigações e suas conseqüências**. São Paulo: Saraiva, 1980.
- BIRKELAND, Bente. **When a Politician Says 'Fake News' and a Newspaper Threatens to Sue Back**, NPR, 2017. Disponível em: <<http://bit.ly/NPRfakenews>>. Acesso em: 01 jul. 2018.
- BITTAR, Carlos Alberto. **Curso de direito civil**. 1 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994.
- BRANCO, Bernardo Castelo. **Dano moral no direito de família**. São Paulo:Método, 2006.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. **Código Civil**, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. 1a edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- BRASIL. **Marco Civil da Internet no Brasil**, Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.
- CAHALI, Yussef Said. **Dano moral**. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2011.
- CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de responsabilidade civil**. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2010.
- COSTA JÚNIOR, Paulo José da. **O direito de estar só**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.
- DIAS, José de Aguiar. **Da responsabilidade civil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987, v. 2.
- DIAS, José de Aguiar. **Da responsabilidade civil**. 11. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- DINIZ, Maria Helena. **cf. Curso de Direito Civil Brasileiro**, Editora Saraiva, 1998.
- DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro – Responsabilidade Civil**. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2005. VII.
- EUGENIO, Arthur Barral. **Responsabilidade Civil**. Conteudo Juridico, Brasília-DF: 16 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.36483&seo=1>>. Acesso em: 08 jul. 2018.
- FIUZA, César. **Direito Civil: curso completo**. 15 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.
- GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2004. v. 3.

GOMES, Luiz Roldão de Freitas. **Elementos da responsabilidade civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade civil**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008. v. IV.

KUCHARSKI, Adam. "Post-Truth: Study Epidemiology of Fake News," 540 Nature 545 (2016).

LEONARDI, Marcel. **Responsabilidade Civil dos provedores de serviços de internet**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005.

LIMA, Alvino. **Culpa e risco**. 2 ed. São Paulo. Revista dos Tribunais, 1999.

LOPEZ, Teresa Ancona. **O dano estético: responsabilidade civil**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

MELO, Nehemias Domingos de. **Dano moral – problemática: do cabimento à fixação do quantum**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. **Da culpa e do risco como fundamentos da responsabilidade civil: doutrina e jurisprudência**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005

MONTEIRO, Washington de Barros Monteiro. **Curso de direito civil: direito das obrigações**. 34. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2003.

MORAES, Maria Celina Bodin de. **Danos à Pessoa Humana; Uma Leitura Civil Constitucional dos Danos Morais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

NORONHA, Fernando. **Direito das obrigações**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

OAB. **Crimes online: os perigos do mau uso das redes sociais e da disseminação de informações falsas na internet**. 2017. Disponível em: <<http://www.oab-ba.org.br/single-noticias/noticia/crimes-online-os-perigos-do-mau-uso-das-redes-sociais-e-da-disseminacao-de-informacoes-falsas-na-internet/?cHash=68af3e2e17e167f7c569fbc33e535df4>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Responsabilidade civil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Responsabilidade civil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

RODRIGUES, Silvio. **Direito civil: responsabilidade civil**. 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

SANTOS, Antônio Jeová. **Dano moral indenizável**. 4. ed. rev, ampl. e atual. De acordo com o novo Código Civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

SANTOS, Pablo de Paula Saul. Dano moral: um estudo sobre seus elementos. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 101, jun 2012.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico conciso**. 1 ed. Rio de Janeiro. Forense, 2008.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo: Malheiros, 2000.

SILVERMAN, Craig. **How the Bizarre Conspiracy Theory Behind 'Pizzagate' Was Spread**, BuzzFeed News 5 de dezembro de 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/pizzagatefakenews>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

STOCO, Rui. **Tratado de responsabilidade civil: doutrina e jurisprudência**. 7 ed.. São Paulo Editora Revista dos Tribunais, 2007.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: responsabilidade civil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004. v. 4.

WALD, Arnoldo. **Curso de direito civil brasileiro: obrigações e contratos**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.